# Sumário

**APRESENTAÇÃO** . . . . . XIII

**PREFÁCIO** . . . . . XV

**INTRODUÇÃO** — Importância do tema: o Direito Tributário a serviço da proteção ambiental . . . . . XIX

**PRIMEIRA PARTE**

Normas jurídicas e sanção premial como induzimento às condutas desejáveis

**CAPÍTULO 1** — A necessidade do Direito e a incidência das normas jurídicas . . . . . 3

1.1. Os regramentos da conduta humana . . . . . 3

1.2. A infalibilidade da incidência da norma jurídica . . . . . 7

**CAPÍTULO 2** — Estrutura das normas jurídicas . . . . . 11

2.1. Digressões genéricas necessárias . . . . . 11

2.2. Bilateralidade . . . . . 13

2.3. Disjunção . . . . . 14

2.3.1. O juízo hipotético de Kelsen ou disjuntivo de Cossio? . . . . . 14

2.3.2. O juízo hipotético de Kelsen . . . . . 14

2.3.3. O juízo disjuntivo de Cossio . . . . . 16

2.4. Sanção . . . . . 17

2.5. Crítica à estrutura da norma em Kelsen . . . . . 18



BDJur
http://bdjur.stj.gov.br

2.6. Ainda a estrutura da norma jurídica, agora em Pontes de Miranda . . 20

**CAPÍTULO 3** — Da sanção (positiva) premial no Direito . . . . . 23

3.1. Uma primeira diligência explicativa . . . . . 23

3.2. A existência da sanção positiva (premial) . . . . . 24

3.3. Um embate de doutrina em meio à Segunda Guerra Mundial . . . . . 27

3.4. A sanção positiva e sua posição na estrutura da norma jurídica . . . . . 28

## SEGUNDA PARTE

O desenvolvimento econômico-industrial da sociedade moderna ("sociedade de risco") e o princípio da precaução no Direito Ambiental

**CAPÍTULO 4** — Implicações do crescimento industrial . . . . . 33

4.1. Conseqüências ambientais do desenvolvimento. . . . . 33

4.2. Os debates ambientais: o início dos Fóruns Globais . . . . . 35

**CAPÍTULO 5** — Sociedade de risco e normas de conduta. . . . . 37

5.1. A sociedade globalizada de risco . . . . . 37

5.2. O papel das normas jurídicas na contenção dos gravames ambientais . . 40

**CAPÍTULO 6** — O princípio da precaução no Direito Ambiental . . 43

6.1. Os motivos da análise do princípio da prevenção e não do poluidor-pagador. . . . . 43

6.2. Antecedentes do princípio da precaução . . . . . 45

6.3. A experiência brasileira . . . . . 49

6.4. Princípio da precaução × princípio da prevenção no Direito Ambiental. . . . . 51

## TERCEIRA PARTE

O federalismo fiscal × ambiental e as competências dos entes de Direito público interno: interações governamentais e preservação ambiental

**CAPÍTULO 7** — Federalismo fiscal x ambiental . . . . . 57

7.1. Brasil: Federação *sui generis*?. . . . . 57

7.2. Preliminares de um federalismo cooperativo . . . . . 58

7.3. Nosso pacto federativo . . . . . 61

7.4. Posição do meio ambiente e dos tributos no cenário constitucional. . . 63



BDJur
http://bdjur.stj.gov.br

**CAPÍTULO 8** — Competências na Constituição de 1988 ..... 65
8.1. Competências tributárias na Constituição de 1988 ..... 65
8.2. Competências ambientais na Constituição de 1988 ..... 69
8.3. Repartição de receitas tributárias e autonomia federativa ..... 71
**CAPÍTULO 9** — Políticas públicas e meio ambiente ..... 76
9.1. As políticas públicas na preservação do meio ambiente: algumas considerações ..... 76
9.2. O uso das medidas tributárias ..... 79
9.2.1. Prólogo dos tributos ambientais no Brasil e o "ICMS Ecológico" 79
9.2.2. Os incentivos fiscais no Direito Ambiental: mais alguns exemplos já praticados ..... 81
9.3. A possibilidade de associação das políticas públicas tributárias de incentivo ao meio ambiente equilibrado ..... 89
**CAPÍTULO 10** — Criação de incentivos fiscais como proposta mais viável ..... 92
10.1. As vertentes da ingerência estatal na economia moderna ..... 92
10.2. Na esteira dos incentivos: a possibilidade mais apropriada ..... 93

## QUARTA PARTE

### Planejamento tributário estatal de fomento às políticas públicas ambientais: os incentivos fiscais *lato sensu*

**CAPÍTULO 11** — A intervenção do Estado no domínio econômico e os incentivos fiscais ..... 99
11.1. O que é o planejamento ambiental do Estado com o uso de incentivos fiscais ..... 99
11.2. Momento dos incentivos fiscais: despesa e receita pública ..... 102
11.2.1. Despesa pública: as subvenções, os créditos presumidos e os subsídios ..... 102
11.2.2. Receita pública: isenções, diferimentos, remissões e anistias .. 103
11.3. As exigências da Lei Complementar n. 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal) ..... 105
**CAPÍTULO 12** — Políticas públicas de planejamento tributário negativo e extrafiscalidade ..... 107
12.1. Políticas tributárias ambientais e extrafiscalidade ..... 107



BDJur
http://bdjur.stj.gov.br

12.2. Tributação ambiental negativa: extratos de doutrina . . . . . 108
12.3. A orientação das condutas tributárias e o meio ambiente . . . . . 110

**CONCLUSÕES** . . . . . 113

**REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS** . . . . . 117



BDJur
http://bdjur.stj.gov.br